

ACT: sem vergonha, banca insiste em 2% de aumento nas tabelas

Ao fim de meses de negociação da revisão do ACT, os bancos continuam indecorosamente a apresentar argumentos falaciosos para persistirem em aumentos miseráveis para ativos e reformados. A paciência tem limites, e para os Sindicatos da UGT chegou ao fim.

MAIS, SBN e SBC estão revoltados com postura das Instituições de Crédito (IC) subscritoras do ACT do Setor Bancário. Apesar dos lucros do primeiro trimestre – depois do ano de 2025 ter sido excecionalmente bom – continuam irredutíveis na sua proposta de 2% de aumento, desprezando o contributo dos trabalhadores para os resultados alcançados e fazendo tábua rasa do aumento da inflação, que corrói os rendimentos das famílias. Não há desculpa para tal insensibilidade e ganância.

Perante esta posição, na reunião de desta quinta-feira, dia 21 de maio, os Sindicatos transmitiram ao Grupo Negociador das IC (GNIC) que não estão disponíveis para arrastar este processo com reuniões infrutíferas. Assim, caso não haja evolução na proposta dos bancos, terão de recorrer a outros mecanismos para garantir a valorização dos salários e pensões.

Recorde-se que os Sindicatos da UGT bem cedo apresentaram a sua proposta de revisão do ACT do Setor Bancário, que só teve resposta no final de setembro do ano passado e com abertura da mesa negocial no início de outubro. Da proposta apresentada pelos Sindicatos constava não só o aumento dos salários e pensões, mas também a atualização e melhoria de clausulado com impacto para bancários no ativo e reformados.

Valorização das pensões...

Conforme havia sido decido previamente pelas três Direções, as negociações começaram com a discussão sobre a melhoria das reformas, atendendo à necessidade urgente de valorizar as pensões e corrigir procedimentos resultantes da articulação de regimes (Segurança Social versus Fundos de pensões).

Esta matéria foi aprofundadamente explanada pelos Sindicatos, que se fez acompanhar por técnicos especializados nos temas que envolvem esta problemática.

No entanto, após quatro reuniões, as IC manifestaram a sua indisponibilidade para aceitar qualquer tipo de alteração ao regime em vigor no que concerne à forma de cálculo e valores das pensões de reforma.

... e dos salários

Como se não bastasse, na reunião de início de fevereiro o GNIC propôs aos Sindicatos o encerramento do processo negocial com a atualização de salários e pensões em 2%.

Obviamente, face a esse miserável valor percentual, a proposta das IC foi imediatamente recusada pelos Sindicatos, que nas reuniões seguintes mantiveram o seu propósito de defender a necessidade de aumentar as reformas e remunerações em consonância com os lucros exponenciais que os Bancos têm vindo a apresentar.

Ações

Chegados a este momento, as IC mantiveram a sua posição, que justificam pela enorme incerteza mundial que se vive e que, argumentam, aconselha prudência – prudência essa que só se aplica aos salários e pensões.

MAIS, SBN e SBC defenderam que é exatamente pelo facto de trabalhadores e reformados estarem já a sofrer diariamente os impactos económicos das tensões no Médio Oriente, como o aumento dos preços, que é urgente chegar a acordo para o processamento de aumentos justos, que evidentemente não são de 2%.

Por isso, na reunião de negociações de dia 21, os Sindicatos da UGT informaram não estarem disponíveis para arrastar este processo com reuniões infrutíferas e deixaram claro que se não houver evolução na proposta dos bancos irão recorrer a outros mecanismos para garantir a valorização dos salários e pensões.

MAIS, SBN e SBC esperam que as IC ponderem seriamente e revejam a sua proposta, para que rapidamente se processem os aumentos. Os bancários merecem e precisam.

As Direções

